

FETHAB

AMM está insatisfeita com destino dos recursos Fethab

>> **Kelli Krause**
Redação DS

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga (PSD), falou sobre o descontentamento da associação em relação a decisão tomada pelo governador Pedro Taques(PDT) quando, no último dia 13 de fevereiro, remanejou R\$ 6,2 milhões do recurso que estava alocado na antiga Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu) destinados ao Fundo de Transporte e Habitação (Fethab) para o Poder Judiciário e à Procuradoria Geral de

Justiça. “ Achamos um contra senso a decisão do governador, já que o recurso deveria ter sido investido em nossas estradas, pontes, pavimentação e recuperação das vias”, disse Fraga, presidente da AMM e prefeito de Nortelândia.

O investimento do recurso do Fethab é uma discussão que já se arrasta deste o ano passado, quando em abril a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) entrou com uma liminar na Justiça pedindo para que os recursos não fossem investidos em outras finalidades, porém foi negada. Em dezembro de 2014,

a Aprosoja entrou com outra liminar pedindo a suspensão do repasse de 50% do recurso do Fethab para os municípios, a decisão da Justiça foi favorável.

De acordo com Fraga, o destino dos recursos do Fethab deveria passar pela avaliação de um Conselho de Gestão, mas até o momento o conselho ainda não foi criado pelo governo. “Estamos fazendo um levantamento de todos os pagamentos e investimentos feitos com os recursos do Fethab desde o dia primeiro de janeiro para emitirmos uma nota ao governador com o parecer da AMM”, finalizou Fraga.



Presidente irá emitir parecer ao governador ainda hoje.

CAPACITAÇÃO

Nova Olímpia adere ao programa PDI do Tribunal de Contas do Estado

>> **Nélson Alves**
Assessoria

Juntamente com dez prefeitos de Mato Grosso, o chefe do executivo municipal de Nova Olímpia, Cristovão Masson assinou a adesão ao Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE), na última semana. A solenidade aconteceu nas dependências do órgão foi comandada por seu presidente, conselheiro Waldir Teis.

Conforme observou o prefeito Cristovão a adesão ao PDI vai permitir a capacitação de servidores municipais que receberão técnicas de boas práticas de gestão a partir da implantação do Planejamento Estratégico. As capacitações versarão sobre a criação e o funcionamento das Ouvidorias,



A solenidade aconteceu na última semana

do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e do Portal Transparência, bem como sobre Políticas Públicas, cujo objetivo é promover diálogo com a sociedade local e levar demandas sociais. “É mais uma ferramenta que vai contribuir com a governança e consequentemente com a evolução da gestão pública”, observa o prefeito.

O PDI também ofe-

recer oficinas com os conselhos buscando estabelecer um diálogo entre gestores e sociedade, apresentando as sugestões e demandas dos conselhos de Políticas Públicas na elaboração das peças orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA). O TCE-MT ainda disponibiliza software e aporte técnico

para todos os órgãos públicos de Mato Grosso instituírem o SIC e o Portal Transparência, dando cumprimento à Lei de Acesso à Informação.

Assinaram o termo de adesão ao PDI os municípios de Nova Olímpia, Confresa, São Félix do Araguaia, Querência, Nortelândia, Chapada dos Guimarães, Colíder, Marcelândia, Tapurah e Campos de Júlio.

QUITAÇÃO ELEITORAL

Começa prazo para regularização do título de eleitor

>> **G1**

Começou nesta segunda-feira, 2 de março, o prazo para regularização do título de eleitor de quem não compareceu às três últimas votações e não justificou a ausência. De acordo com a Justiça Eleitoral, 1.782.035 brasileiros estão nessa situação. Quem não resolver a pendência até 4 de maio, terá o título cancelado.

A regularização não é necessária para eleitores com menos de 18 anos ou com mais de 70, para os quais o voto é facultativo. Pessoas com deficiência e que têm dificuldade de cumprir as obrigações eleitorais também não terão o título suspenso.

Para regularizar a situação, o eleitor deve

comparecer ao cartório eleitoral com um documento oficial com foto e o título, além dos comprovantes de votação, de justificativa e de recolhimento da multa ou dispensa da multa.

Quem quiser verificar se tem pendência com a Justiça Eleitoral pode consultar as listas que estão disponíveis nos cartórios eleitorais ou então fazer uma busca no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aqui. Nenhum tipo de notificação, seja por correspondência ou email, será enviada pelas autoridades.

Dos 1.782.035 eleitores em situação irregular, a maior parte, 498.681, está em São Paulo. Em seguida, 192.858 estão no Rio de Janeiro e 155.398 em Minas Gerais.

A EVOLUÇÃO
DA SUA PROTEÇÃO.

INVIOLÁVEL

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

65 3311-3311
INVIOLAVEL.COM

CÂMERAS

ALARMES

CERCA ELÉTRICA